

Situação política

Nacional e internacional



Crise de 2008

- Explosão do mercado imobiliário nos EUA (subprime)
- Colapso no sistema econômico mundial
- Quebradeira de bancos e grandes empresas
- Queda vertiginosa nas taxas de lucratividade

Solução dos governos

- Aumento do desemprego (demissões)
- Arrocho salarial
- Renúncia Fiscal (isenção de impostos)
- Injeção de + U\$ 24 trilhões para salvar banqueiros (dinheiro público)

Conseqüências

- Aumento do dívida pública
- Endividamento dos Países
- Redução do PIB
- Recessão econômica (diminuição ou paralisação da produção)

2010 – Retomada da crise

- Endividamento público na Europa
- Quebra de Irlanda e Grécia
- Economias em declínio: Espanha, Portugal e Itália
- Estagnação na França e Inglaterra
- Desaceleração na Alemanha

Novas (velhas) soluções

- **Espanha:** Congelamento das pensões e aposentadorias; cortes nos salários dos servidores públicos.
- **França:** Elevação da idade de aposentadoria (62 anos).
- **Grécia:** Redução salarial para aposentados e congelamento dos salários dos servidores públicos e pensões.

Novas (velhas) soluções

- **Irlanda:** Reforma previdenciária e cortes em subsídios de aposentadorias e pensões.
- **Itália:** Elevação da idade de aposentadoria para 66 anos no curto prazo e até 70 anos após 2018.
- **Portugal:** Corte nos subsídios de aposentadorias e nos pagamentos de salários do funcionalismo público.

Outras medidas

- Cortes nos orçamentos com saúde e educação
- Extinção de empresas estatais e privatizações
- Fim dos programas de primeiro emprego para a juventude trabalhadora

Reação dos trabalhadores

- Greves gerais na Europa
- Manifestações e ocupações de ruas e praças
- Ocupe Wall Street
- Revoluções nos países árabes
- Derrubada de governos despóticos

Manifestações na Europa



Brasil e a crise

- Efeitos e soluções:
- Desemprego e demissões (ex. Embraer)
- Renúncia fiscal (Redução de impostos para as empresas)
- ajuda dos cofres públicos à empresas e bancos
- +R\$ 70 bilhões

Cortes no orçamento

- R\$ 60 bilhões, destes:
- R\$ 4,2 bilhões na educação
- R\$ 1,3 bilhões na Saúde
- R\$ 7,0 bilhões em infra-estrutura

Ataques aos aposentados

- 0% de aumento real no salário mínimo-2010
- Fator Previdenciário (Resolução aprovada no Congresso Nacional foi vetada por Lula em 2010)
- Viúvas com menos de 35 anos – limitar o benefício para até 10 anos e impor carências.
- Nenhuma política do governo para avançar em projetos que revisam valores de aposentadorias e pensões.

Política Previdenciária

- Achatamento do salário dos aposentados e pensionistas
- Reajuste menor para quem recebe +1 SM (com novo aumento + milhão passam a receber apenas o SM)
- Hoje 70% recebem o piso
- Em 2016 serão 80%

Os aposentados e a Economia

- 28,9 milhões de benefícios
- 100 milhões de beneficiários
- 70% recebem apenas 1 SM
- Em 70% dos municípios brasileiros, os salários dos aposentados corresponde a principal renda local
- Superior ao Fundo de Participação dos Municípios

Dívida Pública

- DRU – Desvinculação das Receitas da União
- Liberdade para o governo gastar 20% do orçamento onde quiser
- Retira recursos da Saúde, Educação e Previdência
- Pagamento ao FMI e dívidas interna e externa

Reformas que retiram direitos

- PLP -549 – Congelamento salarial por 10 anos
Estabelece que os gastos com pessoal não pode superar a inflação do ano anterior + 2% ou o PIB de 2 anos antes, o que for menor.

Observação: Regra a ser aplicada na União, estabelecendo parâmetros semelhantes para estados e municípios.

Reformas ... continuação

- PLP-248 – Avaliação de desempenho para demitir

1. Duas avaliações negativas em seqüência de dois anos:

(DEMISSÃO SUMÁRIA)

2. Três avaliações negativas, intercaladas em um período de cinco anos:

(DEMISSÃO SUMÁRIA)

Reformas ... continuação

- PLP-1992 cria Fundo de Pensão Privado

Fim da aposentadoria integral do servidor estatutário
Adicional de contribuição previdenciária para o Fundo
Complementar

Contribuição definida, benefício não definido

Capitalização de acordo com as regras do mercado

Aporte inicial de R\$ 50 bilhões dos cofres públicos

Lei de Responsabilidade Fiscal

A União não gasta com despesa de pessoal metade do que é permitido por esta lei.

A maioria dos estados e municípios também está abaixo do nível permitido.

Apenas os pequenos municípios (população abaixo dos 20 mil habitantes) gastam mais do que o permitido.

CSP

Condutas

CENTRAL SINDICAL E POPULAR